

MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Jean Frank

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Coronel Chagas
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputada Aurelina Medeiros

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Marcelo Natanael

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Erci de Moraes
Deputado Soldado Sampaio
Deputado George Melo

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Célio Wanderley
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO

Atos Administrativos

Resoluções de Afastamentos nº 488 a 492/2012 2

Atos Legislativos

Ata da 2151ª Sessão Ordinária na Íntegra 2

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERALPraça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação GeralVICTOR TAVARES PIRO
Diagramação

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
E SUPRIMENTOS DE FUNDOS****RESOLUÇÃO Nº 488/2012**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE**AUTORIZAR** o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **ERCI DE MORAES**, para viajar com destino a cidade de Brasília-DF, no dia 03.12.2012, com a finalidade de participar da IV Reunião da Diretoria Executiva da UNALE - Gestão 2012/2013, a serviço deste Poder.Palácio Antônio Martins, 30 de novembro de 2012
Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**
PresidenteDeputado **JALSER RENIER PADILHA**
1º Secretário
Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**
2º Secretário**RESOLUÇÃO Nº 489/2012**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE**AUTORIZAR** o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **JOAQUIM DE FREITAS RUIZ**, para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 03.12 a 07.12.2012, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes a Comissão de Educação e Saúde desta Casa Legislativa, a serviço deste Poder.Palácio Antônio Martins, 30 de novembro de 2012
Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**
PresidenteDeputado **JALSER RENIER PADILHA**
1º Secretário
Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**
2º Secretário**RESOLUÇÃO Nº 490/2012**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE**AUTORIZAR** o afastamento dos servidores **CRISTINE AMORIM OLIVEIRA**, Assessora Parlamentar FS-5 e **HILDO LOPES DE LIMA**, Assessor Parlamentar FS-4, para viajarem com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 03.12 a 08.12.2012, com a finalidade de acompanharem o Deputado Joaquim Ruiz para tratarem de assuntos inerentes a Comissão de Educação e Saúde desta Casa Legislativa, a serviço deste Poder.Palácio Antônio Martins, 30 de novembro de 2012
Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente
Deputado **JALSER RENIER PADILHA**
1º Secretário
Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**
2º Secretário**RESOLUÇÃO Nº 491/2012**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE**AUTORIZAR** o afastamento da servidora **FRANCIMEIRE TELES LIMA**, Assistente Parlamentar III, para viajar com destino a cidade do Rio de Janeiro-RJ, no período de 03.12 a 07.12.2012, com a finalidade de participar de intercâmbio de conhecimento sobre Processo Legislativo junto a Assembleia Legislativa daquele Estado, a serviço deste Poder.Palácio Antônio Martins, 30 de novembro de 2012
Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente
Deputado **JALSER RENIER PADILHA**
1º Secretário
Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**
2º Secretário**RESOLUÇÃO Nº 492/2012**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE**AUTORIZAR** o afastamento do servidor **SÉRGIO BARBOSA DA COSTA**, Matrícula 012662, para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 03.12 a 12.12.2012, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes as atividades funcionais junto ao Departamento Administrativo da Assembleia Legislativa daquele Estado, a serviço deste Poder.Palácio Antônio Martins, 30 de novembro de 2012
Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente
Deputado **JALSER RENIER PADILHA**
1º Secretário
Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**
2º Secretário**ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA****ATA DA 2151ª SESSÃO, EM 25 DE OUTUBRO 2012.
44º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.****=ORDINÁRIA=****PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.
(Em exercício)**

Às nove horas do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima quingentésima primeira Sessão Ordinária do quadragésimo quarto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Convido o Senhor Deputado Naldo da Loteria para atuar como Segundo Secretário Ad hoc. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Jalser Renier, proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura

da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Naldo da Loteria) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discutí-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura do Termo de não realização da Sessão do dia vinte e quatro de outubro.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

-Projeto de Lei s/n, sem data, do Deputado Joaquim Ruiz, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares do Estado de Roraima (SABE-RR) e das outras providências.

-Ofício nº 025/12, de 24/10/12, do Deputado Marcelo Cabral, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 25/10/12.

RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS

-Ofício Circular nº 024/12, de 23/10/12, comunicando a inabilitação pelo prazo de 05 (cinco) anos para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, do Gestor Arnaldo Muniz de Souza.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Procedo à chamada.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados. Vou tratar aqui, inicialmente, de um assunto que já está se transformando em rotina, a não manifestação do IPER. Deputada Aurelina Medeiros, a senhora deve ter visto, como os demais Deputados, o que aconteceu com os ex-diretores do Banco Cruzeiro do Sul. Eles foram presos e ficou comprovado um desvio de mais de um bilhão de reais. E, semana passada, o Banco Central, também liquidou o BVA, ou seja, mais um banco brasileiro liquidado. Tenho pouco conhecimento sobre esse negócio de fundos e aplicações, mas, busquei uma pessoa em Brasília para me ajudar. Essa pessoa me ligou anteontem, à tarde, e ontem não houve Sessão, me dizendo que o BVA recebeu do dimensional, que foi liquidado pelo Banco Central agora em maio/junho, fundo de R\$ 217 milhões de reais, setenta milhões do nosso IPER, ou seja, o fundo foi liquidado, bem como o banco que aplicava o fundo. E, o que vou dizer aqui, faço questão que a taquígrafia registre, pois estou indo hoje à Brasília para confirmar essa informação e me inteirar melhor desse assunto, haja vista que desses 217 milhões, trinta por cento já foi para o ralo, ou melhor dizendo, já foi considerado perdido e os outros 70% vão entrar em liquidação, negociação e patrimônio do banco. Logo, se verdade for o que esse assessor me disse, dos 70 milhões que o IPER aplicou nesse dimensional que foi liquidado no Banco BVA, o qual, semana passada foi liquidado, o IPER já perdeu 21 milhões de reais de cara, podendo perder até mais. E, minimamente teria perdido 21 milhões de reais que correspondem a trinta por cento de setenta milhões de reais. Então, acho que o Ex-Deputado Braga vem aqui na próxima semana e é bom que se esclareçam os fatos. Não estou afirmando isso, só estou transmitido uma informação recebida, mas, vou confirmar para que possamos clarear as informações. O Ex-Deputado Braga, quando veio para cá, se arvorou como um exímio entendedor do mercado financeiro, ou ele é um excelente entendedor e deu azar, ou foi mera coincidência, porque o Banco onde ele aplicou o Fundo faliu. Pelo amor de Deus, é coincidência, ou existe algo a ser explicado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Deputado Flamarion, o ditado já diz que quanto maior a esmola, mais o cego desconfia. É lógico que essas instituições em que o IPER aplicou esses fundos, no mínimo, para quem tem responsabilidade, teriam que suscitar uma dúvida, o fato de que estão oferecendo taxas diferentes das que usualmente o mercado paga. Com o mínimo de bom senso, a pessoa teria que ter cautela e investigar por que o BVA e o Cruzeiro do Sul, que quebraram, estavam oferecendo taxas de juros maiores que os outros bancos. Será que já estavam insolventes e estavam querendo captar recursos? O IPER tem um conselho, e eu não acredito que o conselho não analisou estas questões. Os conselheiros fizeram, inclusive, um treinamento no Ministério da

Previdência e no Banco Central para ver como se faz aplicação nesses fundos e, ninguém foi capaz de perceber que nesse negócio existia uma maracutaia, que a esmola era muito grande, que o fato de oferecerem a taxa maior os atraiu para lá, pensando que no final do ano, os rendimentos seriam maiores do que nos outros bancos. O mercado de capitais não é assim, ele, no mínimo, obedece uma lógica pelo fato de trabalhar com várias taxas de governo como a Selic, os títulos do governo, os títulos da dívida pública. Enfim, acho que foi uma irresponsabilidade não ao Presidente Braga, estendo a irresponsabilidade ao conselho do IPER que permitiu isso, até porque havíamos alertado sobre o risco antes, mas, infelizmente, está aí o prejuízo para os trabalhadores desse Estado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Obrigado, Deputado Ionilson Sampaio. Só para ilustrar o que Vossa Excelência disse, na liquidação da dimensional feita pelo Banco Central está dito, entre outras coisas: pelas taxas pagas fora das praticadas no mercado financeiro. A taxa estava fora dos padrões adotados no mercado financeiro e nós sabemos que a pessoa, para se tornar um exímio aplicador, carece de muita experiência, muita vivência, pois ninguém se torna um exímio operador de mercado da noite para o dia, do cair do sol ao amanhecer do dia.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Naldo da Loteria – Sei que esta matéria já vem há tempos sendo debatida nesta Casa e, a considero de extrema importância, por isso, na minha opinião, cabe uma CPI, porque é o dinheiro do servidor público que está em jogo. Acho que vou fazer um requerimento para que seja criada uma CPI, no sentido de responsabilizar não só o Presidente, mas todo o conselho. Sabemos que o mercado financeiro não dá nada, só tira. Hoje, o Banco do Brasil empresta dinheiro a 1,5%, e o empresário quebrado empresta a 10% do agiota. Quando foi feita a troca de banco, não foi feita por acaso, mas sim porque houve ganho por parte do conselho ou do Presidente, com certeza. É sabido que as folhas de pagamentos dos Estados e das estatais são negociadas no mundo capitalista, que os bancos fazem verdadeiros leilões, Banco do Brasil e Caixa, para ver quem fica com essa fatia. E, nesse caso, houve muitas vantagens e interesses tanto do gestor, quanto do conselho ao trocar de Banco para terem ganhos, mas, eles sabiam que a Instituição não era segura. Portanto, cabe uma CPI, que não será uma CPI política, mas sim para moralizar e preservar o direito dos trabalhadores e fazer com que sejam bloqueados os bens desses gestores, para compensar o estrago que fizeram com a poupança dos servidores públicos.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jalser Renier – Deputado Flamarion, essa matemática é muito simples. O que temos que fazer, em caráter de urgência, e aí cabe a Comissão de Finanças, e quero dizer ao Deputado Naldo que jamais vou deixar de acatar um entendimento de Vossa Excelência, pois, a Comissão de Finanças pode convocar imediatamente o Presidente do IPER para vir a esta Casa e, fazer um balanço e nos dizer quanto tinha na conta do IPER quando o Ex-Deputado Braga assumiu a pasta e quanto tem na conta hoje. É uma operação muito simples, basta ele nos informar quanto tinha quando ele entrou, e quanto tem de dinheiro hoje. Gostaria de obter também a movimentação financeira e de saber o que ele fez com os valores referentes ao dinheiro que estava lá quando ele entrou. Ele, respondendo essa pergunta, vai dizimar algumas dívidas dos Deputados Estaduais ou preocupar este Parlamento. Há as duas opções. Então, a Comissão de Finanças pode fazer isso imediatamente, ou qualquer Deputado Estadual. E a pergunta é muito simples, basta ele dizer quanto tinha em caixa quando ele assumiu e quanto tem agora. Se o dinheiro diminuiu e não evoluiu, aí sim, concordo plenamente com o Deputado Naldo, realmente cabe uma CPI imediata para tentar resolver isso de uma vez por todas.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Obrigado Deputado Ionilson e Deputado Naldo. Acho importante essa CPI, pois é isso que precisamos, dessa lucidez, desse esclarecimento, de algo concreto, real. Não queremos falácias, não queremos discursos, nós queremos números para visualizar e chegarmos as conclusões que devemos e temos a obrigação de chegar. Então, é relevante o destaque que Vossa Excelência fez no aparte.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhoras e Senhores Deputados, caro amigo Flamarion Portela, concordo com o Deputado Naldo quando diz que o mercado financeiro não perde, só ganha, por isso que os banqueiros auferem milhões e até bilhões anualmente em dividendos, em lucros. Também tenho a plena convicção de que o Senhor Presidente do IPER e alguém mais orquestrou essas operações com a certeza absoluta de que esse dinheiro iria para o ralo e alguém o pegou. Não tenho como provar, mas, através da CPI que o Deputado Naldo da Loteria vai requerer, teremos

como provar que esse dinheiro foi para o bolso de alguém. Ninguém é tão idiota para não saber que retirar o dinheiro de um banco oficial e colocar num fundo de alto risco e seis meses depois, depois de todo mundo dizer que vai falir, o fundo falir e o dinheiro ir pelo ralo. E o dinheiro não é público não, o dinheiro é do servidor público, de anos e anos de muito trabalho. É demais. Pode contar comigo Deputado Naldo, assinarei o seu requerimento de CPI.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Obrigado, Deputado Brito. Gostaria de acrescentar mais uma coisa, o Ex-Deputado Braga, quando assumiu o IPER, de forma muito célere foi fazer o seguinte encontro de contas. Procurou saber o que o Estado, através da Secretaria de Administração, havia pago a alguns servidores que pedem licença, licença porque se acidentou, para resolver problemas de saúde, e foi, então, fazer o estudo de algum tempo e devolveu para o Estado, tirou dos cofres do IPER, devolvendo para os cofres do Tesouro Estadual algo expressivo, se não me falha a memória, algo superior a 4 milhões de reais. Pois bem, o Ex-Deputado Braga foi proficiente ao fazer isso, mas não é proficiente ao cobrar o Estado. Aqui, em minhas mãos, tenho um documento informando que o Fundo Estadual de Saúde já parcelou em duas oportunidades o montante que devia ao IPER e agora, não está pagando o principal e nem a parcela do primeiro parcelamento, nem a outra parcela, ou seja, o Fundo Estadual de Saúde já deve ao IPER R\$ 7.971.687,53. É algo expressivo, por isso estamos convocando o Presidente e o Secretário da Fazenda, porque sabemos que o Estado também não está recolhendo, e aqui é tanto patronal como dos servidores. Então, da mesma forma que o Deputado Braga foi tão eficiente para restituir ao Estado, espero que ele tenha a mesma eficiência para cobrar, porque ele tem que mandar um relatório trimestral para o Ministério da Previdência Social, para ter acesso à certidão positiva e, se não o fizer, a certidão é negativa, sendo que já tem mais de três meses de atraso. E minha pergunta é. Está mandando essa informação para o Ministério da Presidência de forma real, ou está mandando adulterada? Se estiver, é falsidade ideológica. Então, é outro assunto que temos que clarear a respeito do IPER, porque isso é relevante, importante. Mas nós, aqui, cobramos e cobramos e só vimos até agora coisas que não clarearam nossas ideias.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Deputado, não tenho conhecimento suficiente para discutir a situação do IPER. Eu só quero fazer uma pergunta para evitar dúvidas. Já está definido o dia da vinda do Presidente a esta Casa? Vossa Excelência falou que parece que é semana que vem!

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Eu não sei por que no dia marcado ele viajou. Ficaram de marcar novamente o Presidente da Comissão é o Deputado Célio, o qual não está aqui para confirmar.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Nós teríamos que fazer uma convocação e não um convite. Quero sugerir também, deputado, se não é possível no dia da convocação trazer a sua assessoria de Brasília para nos esclarecer e fazermos uma audiência pública para dirimir dúvidas, já que o senhor é uma pessoa que conhece profundamente o tema, coisa que a maioria não conhece. É difícil para eu discutir isso porque eu não conheço muito sobre o sistema financeiro.

Quanto à dívida, é muito complicado, porque o Estado hoje paga quase três milhões de reais de dívida de Governos anteriores com encargos sociais. É muito ruim ficarmos nessa discussão. Mas me interessa profundamente discutir a questão do IPER para sabermos o rumo a sugerir. Eu estava conversando com o Doutor Erci, que não temos conhecimento suficiente sobre isso e, vamos ficar ouvindo o Presidente do IPER que depois vai embora e fica tudo na mesma. Então, é preciso realmente esclarecer e termos zelo com esses recursos que não são nossos, são dos servidores. Muito obrigada!

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Se o Senhor Braga fizer o que o Deputado Jalsner Renier disse, nós não vamos ter dúvidas. O problema é que ele não faz.

Aparte concedida à Senhora Deputada Aurelina – Eu obtive a informação de que já tem uma correspondência do IPER, confirmando a presença do senhor Braga, para o dia 30, às quinze horas, na Comissão.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Infelizmente eu não estarei na cidade, chegarei somente à noite.

Se o Deputado Braga trouxe as informações que o Deputado Jalsner sugeriu, nós vamos analisar números. Acontece que ele vem aqui só com palavras! Venha com números, traga os extratos do dia que assumiu, o do Banco do Brasil e da Caixa Econômica dando explicações de onde foram aplicados esses recursos. É simples se ele quisesse fazer, acontece que não há transparência.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Mecias de Jesus – Quero

parabenizá-lo pela clareza do pronunciamento e manifestar o meu apoio aos demais Deputados que se pronunciaram, inclusive, ao Deputado Naldo que manifestou o seu interesse pelo caso, porque essa questão só será esclarecida se houver uma CPI para investigar. Se ficarmos esperando eles trazerem aqui esses dados, certamente eles nunca trarão, porque têm interesse em omitir. O que não podemos permitir é que se fique aqui a questão sem solução, depois de tantos anos, pois vai parecer o Governo Lula, onde tudo que faz até hoje no PT, a culpa é do Governo passado, mas no passado não está incluso o ex- Presidente Lula, eles incluem o Sarney e os Presidentes passados. Quem assume um casamento é responsável pelos filhos que a mulher tiver. Três milhões de reais de dívidas não é nada perto dos dois bilhões de reais de empréstimos que o Governo do Estado fez e até o momento não explicou o que foi feito com o dinheiro. Estão chegando agora mais trezentos e sessenta e seis milhões de reais que serão pagos com o dinheiro do Estado de Roraima. Por isso que o Governador diz que o Estado está quebrado, ele está há cinco anos governando Roraima. Quando ele assumiu, o Estado tinha um superávit de mais de trezentos milhões de reais e agora, ele diz que o Estado está quebrado. Se está quebrado agora, quem quebrou o Estado foi ele, não foram os Governos anteriores! É bom que a gente acorde e deixe dessa retórica de que não há recursos, porque sem uma explicação lógica para a população, não adianta defender por defender, temos que ter de fato interesse pela causa pública. O Maior interesse da Assembleia Legislativa é o Estado de Roraima. 3 milhões de dívida do Governo passado não é nada diante dos 2 bilhões de dívida do atual governo que agora reuni os órgãos públicos para dizer que o Estado está quebrado, mandando somente 20% do orçamento da Assembleia Legislativa, 30% do orçamento do Ministério Público, manda 30% do orçamento do Tribunal de Justiça. Quem quebrou o Estado foi ele, os outros poderes não têm nada com isso. O Governador é obrigado a cumprir a Constituição e o orçamento do Estado. Então, se está comprovado que o Estado teve aumento da receita, como é que o Estado quebrou? Por que ele não está repassando o orçamento para os demais poderes? Porque ele não está cumprindo com as suas obrigações de pagar as dívidas. Eu vejo aqui, gente se matando, amigos nossos, para receber fatura do Governo, empresários dizendo que estão falindo porque o Governo não os pagam, enquanto outros andam sorrindo como se nada estivesse acontecendo com eles. Peço licença para contar a história do Senhor Joãozinho, um cidadão que vivia em uma cidade, onde todos os moradores resolveram ir embora porque diziam que a cidade estava se acabando. E, todos que iam embora convidavam o senhor Joãozinho para ir também. Ele só vivia bêbado e dizia: “Esta cidade é a melhor cidade do mundo, eu não vou embora daqui nunca”. Em determinado dia, o Prefeito chegou até ele e disse: “vim lhe convidar para ser o Delegado da nossa cidade”. E ele respondeu: eu só vivo bêbado, como posso ser o Delegado? Mas, mesmo assim pediu um dia para pensar. No dia seguinte, quando o Prefeito chegou para saber a resposta, o Joãozinho já estava com a mala pronta para ir embora. Quando foi questionado pelo Prefeito qual o motivo de sua partida, ele respondeu. “ agora que eu vi que a cidade acabou mesmo.”

É isso que está acontecendo com o nosso Estado. O Governador acabou com o nosso Estado e só ele não sabe.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Eu já falei mais de uma vez aqui, na tribuna, que não tenho o menor receio de falar sobre concurso público. Mas, na reunião com os empresários, o Governador Anchieta disse: “Eu não vou enxugar a máquina, porque teve um Governador que demitiu não sei quantas pessoas.” Eu acho que se o Governador tivesse sentimento, ele diria assim: “Eu peguei este Estado institucionalizado, após um concurso público, com servidores efetivos”. Muito diferente do que eu peguei. Ele se lembra dos demitidos, mas não se lembra da organização que estava a estrutura pública quando ele assumiu, feita por mim, e pelo Brigadeiro Ottomar Pinto. E mais, devido a doença do Brigadeiro, ficaram 71 milhões de reais aplicados no BB fixo. Só do FUNDEB havia 150 milhões no tesouro estadual, dinheiro no qual ele nadou de braçada em 2008. Quem tem coragem de dizer que isso é mentira?

O Governador Anchieta tem 125% de mandato, ou seja, um mandato Estadual anterior de 100%, e mais 25% do atual mandato, logo, ele já tem um mandato completo e ¼ do atual mandato. Então, é muito simplório dizer isso. Outro dado estarrecedor é que a lei que veio para cá em 2010, para aprovarmos o orçamento de 2011, lei que ele mandou, foi aprovada por esta Assembleia e ele sancionou e publicou no Diário Oficial do Estado de Roraima. Mais de 848 milhões foi o orçamento que ele mandou para cá para o exercício de 2011, isso de FPE. Sabe quanto veio em 2011 de FPE? Um Bilhão, quatrocentos e noventa milhões, ou seja, 70% a mais do que foi aprovado em lei. E, o Senhor Governador cometeu um crime gravíssimo, Deputado Jalsner, pois nós demos a ele, através da Lei Orçamentária e da LDO, só 50% de

liberdade para ele remanejar, mas ele remanejou 70%. Esses números não são meu, são números oficiais. Então, para essa desculpa de que não tem dinheiro, que o Estado está falido, os motivos são outros e, Vossa Excelência sabem quais são. Os motivos são, às vezes, até impúblicáveis. O Estado está muito mais falido do que qualquer pessoa possa imaginar. Vou dizer mais um dado aqui. No orçamento de 2012, também publicado no Diário Oficial, mandado para cá pelo Senhor Governador, havia novecentos e trinta e um milhões de FPE. Sabe quanto vão arrecadar? Um milhão e duzentos e cinquenta mil, 33 milhões a mais. Mas sabem o que o Governo Projotou? 1 bilhão, 522 milhões, 327 mil. Qual é o correto? Porque em 2011 teve 70% de acréscimo, ele achou que em 2012 teria 60%. Não teve 60%, só 30%. São números inquestionáveis.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Chicão da Silveira – Eu ouvi atentamente o discurso de Vossa Excelência. O aparte da Deputada Aurelina fortalece o pedido do Deputado Naldo, pois irresponsabilidade tem limite e interesses escusos também tem que ter. Todos nós sabemos que não temos conhecimento técnico sobre o mercado financeiro, aí a pessoa vem aqui falar balela, e nós passamos o dia inteiro ouvindo e não vamos chegar a lugar nenhum. A CPI tem poder de Polícia, é diferente da Comissão de Orçamento e Finanças, com todo respeito. É brincadeira! Nós estamos brincando com o futuro de pais e mães de família que futuramente, quando precisarem de uma aposentadoria do Estado, não vão poder se aposentar por irresponsabilidade dos administradores.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Eu quero dizer para os Senhores Deputados que sabemos da crise que o Estado está passando. Sei que este ano, comparado com o exercício anterior, a receita caiu sim, mas não foi em relação ao que foi orçado, ao que foi orçado cresceu 30%, ela caiu em relação à expectativa de receita. Vamos distinguir o que é real, concreto e lei, daquilo que é expectativa, pois são parâmetros diferentes. Por isso que diante da expectativa de receita, reconhecemos a queda, mas diante do que efetivamente foi aprovado e é lei, há um acréscimo mesmo no exercício de 2012, de 33% das transferências constitucionais de FPE.

E, para finalizar, dirijo-me ao Presidente. Nós temos aqui há muito tempo apelado a Vossa Excelência para regulamentar a Emenda constitucional Jalser Renier e, Vossa Excelência tem nos pedido prazo. Mas agora, nós estamos aqui, de forma derradeira, terminativa, dizendo que não apelamos mais para isso, porque eu acho que já estamos cansando. Queremos a regulamentação para que possamos trazer os Diretores das empresas, assim como deverá vir o ex-Deputado Braga, para dizerem o que fizeram e o que pretendem fazer, e serem sabinados e novamente escrutinados. É, isso queremos. Apelamos mais uma vez, em nome deste Poder, para que regulamente a Emenda, Jalser Renier.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados aqui presentes, senhoras e senhores que se encontram em nossas galerias, bom-dia.

Um dos temas que trago hoje, é uma matéria que saiu na folha de Boa Vista sobre o trabalho de dois especialistas do nosso Estado, o Doutor Mário Marciel, especialista em urologia, médico do Governo do Estado, concursado, e a professora Fabiana Granja, bióloga, geométricista e professora da Universidade do Estado de Roraima; dois grandes pesquisadores que são finalistas do prêmio Saúde 2012, da editora abril, uma editora da mais alta credibilidade do nosso país. Vejam bem, que, essa é uma boa notícia entre tantas matérias negativas, como o assalto na Igreja de São Francisco a uma pessoa que foi rezar. E aqui faço um apelo, para que tenham cuidado os católicos que frequentam a Igreja, pois a que ponto chegamos, sermos assaltados dentro da Igreja. É preciso que se faça uma reflexão sobre a segurança pública do Estado. E até que enfim uma notícia boa, com mais de cem projetos colocados em pauta de análise feita por cientistas do nosso país, um dos três que foram aprovados, em nível de Brasil, foi o dos dois pesquisadores do Estado de Roraima, um da professora da universidade federal e outro do médico do Governo do Estado. E, Deputada Aurelina, o trabalho que esse médico vem fazendo há mais de três anos pode revolucionar o diagnóstico do câncer de próstata. Essa tese que está sendo apresentada agora, no final do mês, em São Paulo, ficou entre os três projetos que estão na pauta para definir qual vai ser o escolhido para concorrer em nível de mundo. Entretanto, se o dele especificamente, for aprovado ou não, já será uma revolução no diagnóstico do câncer de próstata. É uma notícia alvissareira mesmo que trazem desse rapaz por todo o trabalho que ele desenvolveu. Deputado Chagas, Vossa Excelência conhece as dificuldades de se fazer cirurgias de alta complexidade aqui, no Hospital Geral, por conta de uma birra do Doutor Francisco que coordena a urologia do nosso Estado, criando todas as dificuldades. Já levamos esse caso ao Governador, ao Secretário de Saúde, mas as coisas continuam dessa forma. Eu citei o nome do Deputado Chagas, porque ele sabe o que estou falando aqui, que é o doutor Mário

Marciel, com o seu trabalho científico, que pode ficar em primeiro lugar em nível de Brasil. Eu trouxe esse tema para a pauta na Assembleia pela relevância das coisas boas que se faz aqui em nosso Estado. E esse é um trabalho que nos orgulha, de um professor da universidade federal e Doutor médico na área de urologia do nosso Estado, concursado, pois ao ter seu trabalho aprovado a nível nacional, será um prêmio para o Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Flamarion Portela – Deputado Joaquim, não quero criticar ninguém, mas às vezes, não damos valor ao que temos. Acho que devemos começar a valorizar aquilo que nós temos, sairmos da mesquinhez profissional, política, financeira e de interesse, e focarmos essencialmente aquelas pessoas que têm compromisso e que querem ver esse Estado se desenvolver nos mais variados segmentos. Esse exemplo que Vossa Excelência traz é relevante, vital e de fundamental importância para destacar nossa medicina. Independentemente deles serem coroados com a vitória, com o primeiro lugar, eles já são vencedores, pois o trabalho deles é meritosamente reconhecido pelas Comissões que entendem mais do que, ninguém desse assunto. Eu me congratulo com esse exemplo que Vossa Excelência traz e espero que o Estado reconheça esse trabalho, porque muitas vezes um profissional desses não tem o devido respeito e acolhimento na estrutura de saúde privada ou pública do Estado. Já ouvi pessoas de Brasília elogiando a competência desse profissional, assim como há outros também, muito competentes, sendo elogiados. Então, vamos valorizar aqueles que têm valor, aqueles que podiam estar em outros Estados, mas que, por amor a Roraima, aqui estão e, às vezes, são marginalizados. Dessa forma, quero associar ao discurso de Vossa Excelência. Obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua. Obrigado, Deputado Flamarion. Concedo um aparte ao Deputado Chicão.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Chicão da Silveira – Deputado Joaquim, gostaria de cumprimentar Vossa Excelência pela sua fala e, peço que leve o meu abraço fraterno a esse renomado médico, Doutor Mário Marciel, homem que conheço devido a profissão que exerce de forma humanizada, respeitosa, desceite e humilde, com limites acima de sua competência, acima da vontade de trabalho, e, muitas vezes, como Vossa Excelência disse, com dificuldade de exercer sua profissão. Todos os outros Estados brasileiros gostariam de ter, em seu quadro funcional, esse profissional e, é em Roraima que ele encontra dificuldades para exercer essa profissão com competência. Além das pesquisas, tenho certeza absoluta que a contribuição que ele está dando para o mundo, fará a diferença, salvará muitas vidas no futuro. Então, temos que abraçar com carinho e respeito, esse cidadão que escolheu Roraima para viver e se aprimorar profissionalmente.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua. Deputados Chião e Flamarion, para vocês terem uma ideia, tinha uma senhora que precisa fazer uma cirurgia, moradora do Município de Caracará, na rede pública de saúde. A cirurgia necessitava de uma certa urgência e, o profissional específico para fazer essa cirurgia era ele. Então, foi preciso a interferência pessoal do Presidente desta Casa para que essa senhora fosse operada. Quero frisar que o trabalho desse médico está sendo reconhecido em nível nacional, e ele só tem 36 anos de idade. Esse trabalho, como bem disse o Deputado Flamarion, mesmo não tirando o primeiro lugar em nível nacional, vai seguir adiante e pode revolucionar o tratamento de próstata no mundo, trabalho feito aqui, em Roraima, há mais de três anos. Essa pesquisa é de fundamental importância. E, estou destacando o trabalho desse profissional como um desabafo, para mostrar que quem coordena certos setores do governo, olha com pequinês para a sociedade roraimense.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Mecias de Jesus – Deputado Joaquim, louvo Vossa Excelência pelo pronunciamento. Esse assunto é sem dúvida nenhuma, merecedor de toda a nossa atenção possível. É lamentável que essas coisas aconteçam. Faz três anos que esse trabalho está sendo feito e precisa de apoio de fato. Só espero que não apareça ninguém aqui para dizer que isso também é culpa dos governos anteriores. Parabéns.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua. Deputada Aurelina, nós aprovamos aqui, eu estou citando seu nome porque Vossa Excelência foi uma das pessoas que nos ajudaram a aprovar a Emenda que regulamentava os problemas dos nossos rios Orinoco, Uruicoera e Itacutu, para que a gente viabilizasse a hidrelétrica do Bem-Querer. Ninguém mexeu em leis, nem modificou a Constituição do Estado para prejudicar o meio ambiente, o objetivo do parlamento é facilitar a vida do cidadão, regulamentando leis que beneficiem os direitos e deveres da população. O Procurador Prêcoma, foi à imprensa e disse que primeiro deveríamos ouvir o povo, mas ele esquece que nós não mudamos as regras das leis federais e estaduais que regulamentam o

meio ambiente do nosso país e do nosso Estado. Não fizemos nada disso. O que estamos querendo facilitar é o início do projeto, a viabilidade da construção de uma hidrelétrica no Bem-querer. E, ele vem e diz que primeiro temos que escutar o povo, a comunidade. Deputada Aurilena, é um processo posterior, porque se nós não modificássemos a nossa Constituição, nem isso começaria. Quer dizer, um jurista de renome sabe as regras jurídicas do processo, vai para a opinião pública numa entrevista e diz que primeiro o povo teria que ser escutado. Primeiro, nós temos que regulamentar as regras. Agora, se o povo vai querer ou não, é num processo mais adiante. Lógico que o povo vai ter que ser escutado. Agora, eu não estou mais entendendo nada aqui, Deputada Aurelina, no nosso Estado, porque um advogado chega e diz que o Rio Branco vai subir sete metros e pode alagar o São João da Baliza. Quer dizer, não existe nenhum projeto de impacto ambiental. Não há. Ainda vai ser feito. O projeto que nós temos é de 25 anos atrás, Deputado, da época de Fernando Ramos Pereira. O mundo mudou, há alta tecnologia.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Erci de Moraes – Deputado Joaquim, eu concordo com as colocações de Vossa Excelência, entretanto queria lembrar ao eminente jurista Précoma, que é até meu amigo pessoal, que ele está sendo tão dirigente nesta questão, mas não foi assim quando nós aprovamos a inclusão do Bem-Querer na PEC. Foi uma iniciativa basicamente dos Deputados. Agora, até ressurgiu, não sei de onde ele tira uma tribo indígena que eu não tinha nem ouvido falar, que seria já prejudicada. E, se dando o direito de levantar essa questão de que o Bem-Querer viria inundar 570 mil hectares. Todavia, por mais que ele seja um jurista, eu coloco em dúvida a competência dele para entrar nessa área. De modo que, eu acho que é muito oportuno o seu pronunciamento e me solidarizo com ele.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua. - Muito obrigado. O outro tema foi sobre a reunião que nós fizemos com a Secretária de Educação, ontem, com as comunidades indígenas e com os professores que compõem as comunidades indígenas do nosso Estado. É muito comum, Deputada Aurelina, a gente assistir críticas. Não vou aqui defender o Governo do Estado, os municípios, se há erros, se há acertos. Não quero entrar nesse mérito. Mas o Governo Federal, ao demarcar áreas indígenas em nosso Estado, e o supremo, ao homologar como correta a forma como foi feita, mesmo o Estado questionando, Deputado Xingu, tem a responsabilidade sobre a infraestrutura. Deputada Aurelina, cabe ao Governo Federal enviar recursos para o Estado recuperar as escolas, não cabe ao Governo do Estado, às Prefeituras Municipais. O que eu estou colocando agora foram depoimentos de vários professores indígenas que sabem que o que foi prometido pelo Governo Federal e não está sendo cumprido nada. Eles têm estradas precárias, postos de saúde que não funcionam. Vêm recursos federais, os órgãos federais é que deveriam dar saúde para essa população e só dão atenção básica. Com isso, não temos um quadro bem definido no Estado da real situação da saúde, porque só se faz saúde básica, não se faz a média nem a de alta complexidade. As escolas estão caindo. E quem é culpado, Deputada Aurelina? É o Governo.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Primeiro, eu quero parabenizar Vossa Excelência, pois até que enfim é reconhecido alguma coisa boa neste Estado, ou seja, o trabalho do nosso médico pesquisador da Universidade Federal. Nós conhecemos essa história que o senhor contou aqui. Eu acho que cabe a interferência deste Poder com relação à pesquisa do médico que pode estar sendo usada pela população aqui em nosso Estado. E, me disponho a fazer isso. Eu falei aqui, esses dias, sobre a questão das escolas, quando estava sendo criticada a não reforma da estrada de Normandia. Eu dizia que ela, além de ser uma rodovia federal, é uma rodovia quase toda encrustada numa área indígena e que, também, deveríamos nos unir com a bancada federal para pedir ajuda do Governo Federal, a quem de direito cabe a responsabilidade para ajudar o Estado.

Mas, o que eu tenho ouvido aqui? Eu acho que eu estudei em outra escola e analisei outros dados. Não estou aqui para fazer nenhuma defesa. Eu não disse ao Deputado Chicão que apoiava o pedido de CPI, mas que apoiava o esclarecimento dos dados, que os assessores que conhecessem a matéria viessem para que pudéssemos discutir com a base, porque essa coisa de denunciar por denúncia tem cansado os meus 18 anos de parlamento.

Querida dizer que eu não acredito que o Estado quebrou, mas que a crise da Europa, dos Estados Unidos, de Brasília chegou aqui. E quando a prefeitura passou por dificuldades, nem por sermos da situação, nós passamos a fazer a degola do prefeito. Todos nós reconhecemos. O Estado tentou ajudar, porque é crise. Eu acho que o Estado não quebrou, está passando por momentos de dificuldades porque não se

programou para isso. Nós já havíamos falado, e Vossa Excelência disse aqui que isso poderia acontecer. Mas, esta Casa aprovou por unanimidade todos os projetos de empréstimo, de endividamento do Estado. Nós aprovamos. Vamos fiscalizar a aplicação desses recursos para não acontecer o que aconteceu com o recurso da CAF, da interiorização de GURI. E o Estado pagou. Não estou defendendo ninguém. Eu defendo muito mais esse parlamento que tem que exercer de forma séria a sua função. Eu estou preocupada. Se o Presidente do IPER é culpado, tem que pagar sim, mas, primeiro, vamos saber se ele é culpado. Se for, eu assino dez CPI, se tiver aqui. Agora, denunciar por denunciar, os dados que eu analisei são diferentes.

Com relação ao excesso de arrecadação, só um ladrão de galinhas barato vai cometer o erro de colocar no portal da transparência e na internet mais de 50% dos recursos que foram autorizados para que fossem utilizados com o excesso de arrecadação ou com o remanejamento do aporte de recursos. É bom analisarmos os 800 milhões do Deputado Flamarion, um milhão e quatrocentos do FPE e a arrecadação do Estado. O início dos recursos e o final. Então, será que todos os técnicos deste Estado, do Tribunal de Contas são burros, para deixar passar coisas desse tamanho? Por isso, antes de qualquer coisa, acho que a Assembleia não deveria entrar num embate com relação a coisas que não tem sustentação para debater, pois terminamos no embate da vida do fulano, do outro que fez, do outro que deixou de fazer. Isso não é bom. Quem fez, fez o que pôde, quem não fez, não fez porque não pode. Eu acho que não é o momento para estarmos nos atacando nem brigando aqui. Agora, é difícil para esta Casa, que tem o poder de fiscalizar, de aprovar, também estar ouvindo coisas só por ouvir. Se a coisa é séria, vamos buscar um entendimento. Se estão roubando o IPER, não sou eu, nem você, e ninguém vai apoiar isso. Agora, estamos ouvindo isso há tanto tempo. Qual a providência desta Casa para realmente saber a real situação? Eu acho que é perca de tempo minha ficar aqui todos os dias, nesta Casa, discutindo sobre uma coisa que é regimental, e eu sou obrigada a vir para ouvir coisas que não têm nem onde buscarmos uma base para discutirmos. Obrigada, Senhor Deputado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Na mesma linha de raciocínio da Deputada Aurilena e do pronunciamento de Vossa Excelência, Deputado Joaquim, eu considero que realmente nós estamos vivendo um momento de crise. Agora, o que me estranha, por exemplo, é ninguém do Governo, com exceção de alguns parlamentares da base do Governo, como é o caso da Deputada Aurelina, que está fazendo o seu papel porque é da base, demonstrar claramente à imprensa ou para os outros poderes que, por exemplo, os números que o Deputado Flamarion trouxe são equivocados, ou estão errados, até porque, eu creio que ele teve o cuidado necessário de levantar esses dados do tesouro na própria SEPLAN e na SEFAZ. Nós sabemos que esses dados das transferências e da arrecadação que o Governo faz são públicos. E, o que me parece é que o Governo não está convencendo a população, a Assembleia e os outros poderes. Ou ele não está sabendo explicar que uma crise existe, ou então não está falando a verdade diante dos números que diz que tem de que perdeu arrecadação etc. O Deputado Flamarion, num trabalho investigativo, vem para esta Casa, mostra números, mostra dados e o Governo do Estado não se pronuncia em relação a isso, pelo menos de forma técnica. O governador deveria mandar alguém para a Assembleia, fazer uma entrevista coletiva e dizer não, o Deputado Flamarion está equivocado aqui, está errado ali. Então, quando silêncio é porque no mínimo, Deputado Joaquim, tem muita coisa a explicar. E isso é ruim, porque dá a impressão de que o trem realmente está descarrilhando. E, essa explicação, ele tem que dar para a sociedade roraimense. Ele precisa convencer os poderes: o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria, o Tribunal de Contas, a Assembleia Legislativa de que realmente está com dificuldades financeiras e não tem mais como repassar o duodécimo de forma integral. Ele repassou apenas 30% para o Ministério Público. Não sei se o Ministério Público está acreditando nessa história. Se o Tribunal de Justiça está acreditando nessa história, porque, diante dos números que se levanta, me parece que o Deputado Flamarion é quem está com a razão, porque ninguém vê o Governo se contrapor a isso, desmentir ou mostrar de forma técnica que o Deputado está equivocado. Portanto, eu acho que é uma questão sensível. Nós estamos vivendo um momento institucional delicado. Agora, é preciso que alguém do Governo, que tenha credibilidade e fale pelo Governo, diga alguma coisa em relação a isso. Obrigada, Deputado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua. - Deputada Aurelina e Deputado Ionilson, tenho minha interpretação em relação ao tema que Vossas Excelências colocaram e aquilo que estamos debatendo em plenário. O que eu vejo é que Vossa Excelência, Deputado Ionilson, faz parte da Comissão de Saúde e Educação. Deputada Aurilena, todas as denúncias que chegam na nossa comissão estão relacionadas à saúde e à

educação. Nós já convidamos a Secretária de Saúde, a Secretária de Educação só nesta Casa, este ano, já esteve quatro vezes em reunião na nossa comissão. O Secretário de Saúde já esteve aqui três vezes, e o Deputado Ionilson sabe disso, debatendo e enfrentando as denúncias, os apelos dos movimentos sociais. Eu acho que a nossa Comissão de Orçamento está precisando chamar o Secretário de Planejamento. Essa convocação era para ter sido feita quando Vossa Excelência alertou, quando eu alertei, sobre o que poderia ocorrer, para que a gente, hoje, tivesse tomando medidas duras aqui em relação a coisas que nós deixamos passar. Nós também temos que assumir a nossa mea culpa. E quem está falando aqui é quem tem convidado os secretários das áreas que nós estamos trabalhando, que é a saúde e a educação, a cultura e o desporto.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Chico Guerra – Deputado Joaquim Ruiz, eu queria parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que há muito tempo vem se falando sobre esse assunto, que considero de fundamental importância, haja vista que, nesta semana, o dono do Banco Cruzeiro do Sul foi recolhido à Polícia Federal, ou seja, está preso. Se ele está preso é porque estava tentando fazer algum tipo de falcatura. Eu quero crer que quando se começou a falar nisso, se tivéssemos tomado uma providência mais dura, isso não teria acontecido. Só quero dizer que se houve alguma coisa, se o IPER vier a ter algum prejuízo, sem sombra de dúvida, se tivéssemos agido antes, talvez tudo isso seria evitado. Com a vinda do Presidente, dia 31, se nós, os Deputados desta Casa, não ficarmos satisfeitos, eu vou assinar a CPI do Deputado Naldo para que possamos verificar tudo isso, pois a situação é preocupante porque, o dono do Banco está preso desde segunda-feira.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Deputado Joaquim Ruiz, obrigado pelo aparte e parabéns pelo seu pronunciamento. Quanto ao IPER, foi cantada a pedra. Nada contra a pessoa do ex-deputado Braga. Inclusive, a população decidiu não reelegê-lo para esta Casa e o Governo estendeu-lhe a mão, levando-o para o IPER. Eu votei contra o Deputado Braga ir para o Instituto. Havia muitos motivos para que eu procedesse dessa forma. Assim o fiz, porque sabia do histórico dele. Inclusive, até condenação na justiça o ex-deputado Braga tem, por improbidade administrativa. O Conselho do IPER, que representava os contribuintes, foi manipulado. As regras foram alteradas, pois ele foi indicado pelo Governador. O IPER patronal da Secretaria de Saúde não está sendo recolhido há tempos. O próprio Presidente do Conselho, que é o Secretário de Saúde, manda documento pedindo para renegociar a dívida, ou seja, uma coisa puxa a outra e as duas estão caindo no abismo. O Deputado Braga veio aqui e disse que os especialistas da caixa, que cuidam e estudam para isso, não entendiam nada de aplicação, de mercado financeiro, que ele sim, era o grande conhecedor. O mesmo parecer do Conselho deliberativo do IPER não se posicionou. E, há um documento, que nós apresentamos aqui no momento, Deputado Joaquim, onde o Presidente Braga chamou para si toda a responsabilidade. Eu conheço, eu sei, e está aí a prova hoje, as operadoras sendo descredenciadas pelo mercado financeiro, pelo Banco Central. Os encargos patronal não sendo recolhidos e o IPER não está fazendo nada. E, o conselho não pode fazer nada porque está todo engessado. Inclusive, pessoas que compõem o Conselho, com exceção do nosso professor João de Carvalho, pelo qual eu boto a mão no fogo naquele conselho, e me perdoem os demais, não fiscalizam nada, isso é fato. E o posicionamento do Professor João de Carvalho está em Ata, onde consta todas as ressalvas que ele coloca, mas, ele é voto vencido. Então, está claro que o ex-deputado Braga não tem condição nenhuma de permanecer à frente do IPER, que hoje é uma vaca gorda que não rende, só arrecada. Esta situação é preocupante. Temos que tomar uma providência. E, mudando de assunto, Deputado Joaquim, tenho visto aqui muita gente falando em afastamento do Governador, pois ele não está cumprindo com o duodécimo dos poderes Judiciário e Legislativo, e nem do Ministério Público e, fico só observando esses poderes se manifestando. Inclusive, esta Casa, está contra o Governador pelo atraso do duodécimo, mas quando atrasou os salários das empresas terceirizadas e indiretas que vinha atrasando há meses e meses, ninguém se manifestou. Agora, quando aperta o no sapato deste Poder, do Judiciário, do Ministério Público, todo mundo reclama. Contudo, quando era o do cidadão que ganha abaixo de um salário mínimo, o salário dos professores da UERR, ninguém reclamava, só pediam paciência. Acredito que o Governador tem mil e um motivos para ser afastado pela sua incompetência, pela falta de compromisso com o Estado. A própria justiça eleitoral já determinou seu afastamento e está sob grau de recurso. Agora, talvez ocorra de fato porque ele está mexendo com gente grande. Todavia, quando estava atingindo somente o pequeno, os servidores, que estão com perda salarial acumulada há anos e anos, que têm seus salários atrasados, estão sem plano de cargos e salários, o pequeno agricultor

abandonado por falta de incentivo na agricultura, ninguém se incomodava. Então, fica meu desabafo e obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua – Gostaria de encerrar meu pronunciamento, fazendo um apelo e chamando a atenção dos meus colegas Deputados e Deputadas para esse projeto das bibliotecas, que estou apresentando. E, quero dizer que ele não cria nenhuma despesa para o Estado, pois, na realidade, a maioria das escolas de 1º e 2º graus da Rede Estadual já contém as bibliotecas, o que é preciso, é regulamentá-las para que possamos fazer convênios com o Governo Federal, com o MEC, para captarmos recursos para informatizá-las, para trazer livros didáticos e termos mais recursos para melhorar as nossas bibliotecas. Não conheço nenhum País do tenha se desenvolvido se não fosse pela educação e pela leitura. A leitura é fundamental para nossos alunos, pois é por falta dela que um dos grandes problemas no vestibular é a redação. Há dificuldades em desenvolver os temas, devido à falta de leitura dos nossos estudantes, principalmente da rede pública. Portanto, faço esse apelo aos nossos colegas, pois não há despesa, não está se criando despesa, apenas estamos regulamentando as bibliotecas do Estado. Temos aqui também, um projeto meu, do Deputado Chico e do Deputado Jalsler, criando a nossa biblioteca do Legislativo, aos moldes da biblioteca do Ceará, que é uma das melhores bibliotecas do País. Obrigado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo mais Oradores inscritos, passaremos para a Ordem do Dia. Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar nº 010/12, que “Dispõe sobre a criação do Juizado da fazenda Pública e Altera a redação do Inciso XIV do Artigo 31, da Lei Complementar nº 002/93”. E, em turno único, do Projeto de Lei nº 093/11, que “Dispõe sobre os critérios para adoção e utilização de material escolar e material didático em estabelecimentos de educação básica da rede privada do Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Coronel Chagas; do Projeto de Lei nº 011/12, que proíbe a exigência de caução de qualquer natureza para internação de doentes em hospitais ou clínicas da rede privada do Estado de Roraima, nas hipóteses que especifica”, de autoria do Deputado Brito Bezerra; da proposta de Moção de Pesar nº 017/12 pelo falecimento do Senhor Clébio Coutinho, ocorrido no dia 23 do corrente, nesta capital, do Requerimento nº 043/12, assinado por vários Deputados, convidando o Presidente do IACTI, Senhor Daniel Gianluppi, e o Secretário de Planejamento, Doutor Haroldo Eurico Amoras, para, em data a ser agendada, prestarem esclarecimentos sobre os reflexos do novo Código Florestal e o Zoneamento Econômico Ecológico do Estado.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura de Projeto de Lei Complementar nº 010/12.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalsler Renier) – Lido o Projeto de Lei nº 010/12.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão o Projeto de Lei nº 010/12. Não havendo quem queira discuti-lo, colocoo em votação, em segundo turno. Votando sim, os Senhores Deputados aprovam a matéria e, votando não, rejeitam-na.

Dou por aprovado, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 010/12.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 093/11 e do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalsler Renier) – Lido o Projeto de Lei nº 093/11 e o Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão o Projeto de Lei nº 093/11.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, há uma emenda na comissão que não foi feita a tempo, a qual e só vem a reforçar mais o Projeto no seu objetivo, pois estamos tratando das pessoas portadoras de deficiência, solicitando esse critério do aluno portador de deficiência. Então, essa emenda não foi apresentada a tempo, mas poderia ser apresentada no Plenário, caso não venha a prejudicar o Projeto, segundo o entendimento do autor, Deputado Coronel Chagas.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados nós apresentamos esse Projeto de Lei porque há muito se vem discutindo sobre as listas de materiais escolares que são propostas pelos estabelecimentos de ensinos particulares, devido a excessiva oneração que contém essas listagens. Essa matéria atende a uma grande expectativa, haja vista que os pais, muitas vezes, se acham completamente desprotegidos e prejudicados pela forma abusiva com que são exigidos esses materiais. E vemos, às vezes, materiais que são de uso coletivo sendo exigidos dos alunos tais como: materiais de limpeza,

papel higiênico, giz, que deveriam ser de competência da escola, ou seja, há um excesso na exigência de materiais. Então, esse Projeto de lei vem elencando o que efetivamente o estabelecimento de ensino privado pode cobrar dos pais ou responsáveis pelos alunos, pois, dessa forma, estaremos dando cobertura a toda a sociedade roraimense. Enfim, são esses os objetivos que justificaram a propositura dessa ação e, desde já, pedimos o apoio de todos os colegas Parlamentares.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, passamos para a votação. A votação será nominal. Votando sim, os Senhores Deputados aprovam a matéria e, votando não, rejeitam-na.

Dou por aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 093/11.

Solicito ao Senhor Primeiro que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 011/12, bem como do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Lido o Projeto de Lei nº 011/12, e o Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão o Projeto de Lei nº 011/12.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, existe uma Resolução Normativa do Ministério da Saúde que realmente normatiza a proibição da caução, ou seja, a não obrigatoriedade da caução nos casos de urgência e emergência exigido por clínica e hospitais particulares. Em outros Estados da federação isso já se tornou lei. Aqui, no nosso Estado, eu gostaria que os nobres pares acatassem essa proposição. Conversei com a Deputada Aurelina Medeiros, com o nobre Deputado Erci de Moraes que me falou da sua preocupação, pois foi observado, primeiramente, que o paciente que necessita do atendimento de urgência ou emergência, tem que deixar um caução. Eu vou exemplificar. Num domingo, um acidente aconteceu com vítimas que ficaram entre a vida e a morte, ou seja, precisavam de atendimento em regime de urgência ou emergência. Se fossem para um hospital particular e não tivessem recursos, que o hospital os atendessem e que a dívida ficasse a cargo do responsável por esses pacientes e, após o atendimento, que fosse sim cobrado, usados os meios necessários, sejam quais forem os meios, pois esse débito dos pacientes é dos responsáveis por eles. O que não se pode, e esse projeto veio a acatar, é que o paciente que não tenha o recurso para pagar antes de dar entrada nos hospitais, não receba atendimento. Eu acredito que essa resolução vem sim atender os anseios da nossa sociedade, pois, muitas vezes, nós não temos os recursos disponíveis e o caso requer o atendimento de urgência e emergência nas clínicas particulares. Gostaria que os nobres pares votassem favoráveis ao projeto.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu quero só fazer uma colaboração e exemplificar. O Deputado Erci de Moraes e o Deputado Chagas devem conhecer bem o ex-Senador do Rio Grande do Sul Zambiasi, que era o esposo da atual Senadora Ana Amélia. Inclusive, ela jornalista e uma Senadora muito competente, muito atuante. Pois bem, eu ouvi da própria boca dela o seguinte: Deputado Chagas, levei o ex Senador, meu marido, a uma clínica particular, pois ele estava infartando, e a clínica se recusou a atendê-lo devido a esse problema de caução, ou seja, quando foram fazer o atendimento, Zambiasi não resistiu e morreu. Outro exemplo de destaque nacional foi o daquele senhor, o Secretário Nacional de Recursos Humanos e Planejamento, que também foi levado pelos familiares a uma clínica em Brasília e não o aceitaram, o transferiram para outro hospital e, durante o percurso, ele não resistiu e também morreu. Com isso, esse tema vem à discussão no Congresso Nacional. A Senadora Amélia é protagonista de uma lei que tramita no Senado Federal, similar a esta, no sentido de obrigar as clínicas a aceitarem o paciente e depois se vê a questão do pagamento, porque mais importante que a caução é a vida. Portanto, Deputado, Vossa Excelência está em sintonia com esse debate a nível nacional e eu aqui quero louvar a iniciativa de Vossa Excelência e dizer que vou, também, aprovar o projeto porque apoio essa iniciativa.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhor Presidente, só para esclarecer, principalmente ao autor, Deputado Brito, que, na essência, sou favorável ao projeto, mas, eu queria o esclarecimento, a posição da coordenadoria da área jurídica da Casa para que não só tivesse como me basear para dar o voto consciente, como para que não ficasse a impressão de que nós estaríamos, se fôssemos contrários, querendo favorecer eventuais hospitais particulares, porque na verdade, o projeto é relevante. O que eu quero dizer com isso é que preciso desse respaldo para votar a favor do projeto.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira – Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados. Deputado Brito, eu tive a honra de ser o Relator desse projeto e procurei melhorar a sua redação, porque nunca sabemos o dia de amanhã, se vamos adoecer, sofrer um acidente. Às vezes, situações desse tipo acontecem com nosso vizinho e pensamos que não vai acontecer conosco. Nós já vimos tanta gente de outros Estados da federação brasileira morrer na fila, a espera de um atendimento médico, porque não tem a caução para depositar na portaria do hospital e, esse projeto de Vossa Excelência vem trazer não a isenção do pagamento, mas cria a oportunidade para que uma pessoa seja atendida a tempo, o que pode salvar a vida desse ser humano. Parabéns a Vossa Excelência pela iniciativa e pela brilhante ideia de nos trazer uma matéria de tamanha importância.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Gostaria apenas de parabenizar o Deputado Brito Bezerra por mais um projeto de interesse da sociedade. O Deputado Brito vem se destacando na apresentação de projetos, no sentido de formar um ordenamento e um arcabouço jurídico de proteção ao consumidor. E nós, que estamos trabalhando nisso juntamente com o PROCON, notamos o interesse do Deputado, o aplaudimos e estaremos sempre juntos fortalecendo essas propostas no sentido de dotar o Estado de Roraima das leis que o cidadão roraimense, enquanto consumidor, precisa para fazer frente ao poderio das grandes empresas. Parabéns Deputado, conte com o nosso voto.

O Senhor Deputado Chico Guerra – Queria também participar desta discussão e dizer da satisfação de ver um projeto dessa natureza, apesar de o Estado só ter um hospital particular que possa ter esse tipo de atendimento. Quero crer que o Deputado está se preocupando em dotar o Estado com condições para que a proporção que o Estado cresça, tenhamos leis que possam fazer com que as instituições funcionem a contento.

O Senhor Presidente, Deputado (Chico Guerra) - Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir a matéria, em Votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando sim, estarão aprovando a proposição, votando não, estarão rejeitando-a. Coloco em votação o Projeto de Lei nº 011/2012.

Declaro aprovado o Projeto de Lei nº 011/2012, que “proíbe a exigência de caução de qualquer natureza para internação de doentes em hospital ou clínica da rede privada do Estado de Roraima, nas hipóteses que especifica, e dá outras providências, de autoria do Deputado Brito Bezerra.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Moção de Pesar pelo falecimento do Senhor Clébio Coutinho.

O Senhor Primeiro Secretário, Deputado (Chicão da Silveira) – Lida a Moção.

O Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra – Coloco em discussão a Moção.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Senhor Presidente, quero discutir aqui a Moção de Pesar pelo falecimento do Senhor Clébio Coutinho, pois ele era meu amigo pessoal e lamento muito a forma súbita como o destino ceifou a vida do Senhor Clébio Coutinho. E quero aqui, externar meu abraço a toda sua família, em nome da D. Morena, sua esposa. O Senhor Clébio Coutinho era de uma família tradicional, pecuarista da região do Amajari, deixa vários filhos e entre eles, nossa servidora, colaboradora, fiel aqui desta Casa, Niclemar Coutinho. Quero externar a todos meus sentimentos e lamentar dizendo que Roraima perde um grande homem, um homem trabalhador que certamente deixa aí um legado de seriedade, de respeito por Roraima, de amor sobretudo pela nossa terra, pela terra que ele viveu e amou até o último dia de sua vida.

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir a matéria, em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que concordarem, permaneçam como estão.

Declaro aprovada, por unanimidade, a Moção de Pesar pelo falecimento do Senhor Clébio Coutinho.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento, convocando o Senhor Daniel Gianluppi e o Secretário de Planejamento, Dr. Haroldo Amoras, para, em data a ser agendada, prestarem esclarecimentos a esta Casa Legislativa sobre o reflexo do novo código florestal e sobre o zoneamento econômico ecológico Estadual.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Lido o Requerimento.

O Senhor Presidente, Deputado (Chico Guerra) – Em discussão o requerimento.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhor Presidente, antes de entrar propriamente no Requerimento, quero informar que, na verdade, minha pretensão não era que fosse uma convocação e sim um convite,

mas o importante é que venham. Esse Requerimento é importante porque vai nos permitir, colegas Deputados, nivelarmos a informação atual sobre o novo código florestal, pois o fato de ele entrar em vigor agora, depois de nove vetos, seguido de um decreto, vai permitir que se abra um caminho para a aprovação do zoneamento econômico ecológico. O novo Código Florestal e o zoneamento, são duas coisas importantíssimas para nosso Estado. E as pessoas, fora os Parlamentares que fazem sua parte no plano federal, que mais têm batido aqui no Estado sobre isso, exatamente são aqueles que estamos convidando, especialmente o Dr. Gianluppi. Por isso, peço a meus pares que aprovemos o requerimento e que Vossa Excelência possa prover uma data próxima para que tenhamos essa oportunidade. Obrigado.

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) – Solicito a assessoria que troque a palavra convocação por convite, no requerimento de autoria do Deputado Erci de Moraes.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero me congratular com a proposta de iniciativa do Deputado Erci de Moraes. Acho que vencida esta fase do debate do código florestal, Roraima, que teve a oportunidade de ampliar suas áreas de reserva de 20% para 50%, vai ter um ganho. É importante trabalharmos nisso com celeridade, pois vi agora uma iniciativa que me deixou muito preocupado, comentei até com o Deputado Célio Wanderley. Aos moldes da lei da Ficha Limpa, há um movimento, inclusive com o apoio da igreja, para que, após colhidas um milhão e meio de assinaturas, seja enviada ao Congresso Nacional uma proposta para que não se desmate mais a Amazônia. Então, já que temos esse instrumento agora e precisamos do zoneamento econômico ecológico, que o Daniel Gianluppi é bastante conhecedor, pois trata-se de um técnico extraordinário, de uma competência excepcional que podemos classificá-lo como brilhante, precisamos de um mecanismo para trabalharmos e concluirmos essa proposta para a levarmos ao conselho nacional de meio ambiente e resolvermos esta questão. Feito isso, nós teremos a condição de utilizar essas áreas, fruto de uma proposta construída entre os empresários e a Senadora Ângela Portela, a qual a comissão de meio ambiente acatou, porque como o Brasil está em constante mudança, sabe-se lá se amanhã não vão conseguir aprovar uma lei, como a da Ficha Limpa, por pressão popular. Então, temos que aproveitar e termos a radiografia, a definição da área que podemos explorar, trabalhar e cultivar, para extrair dela a nossa riqueza. E repito aqui, essa é minha convicção, nossa condição de prosperidade, de dinamismo econômico só virá se nós extrairmos nossa riqueza do solo, através dos mais variados segmentos e setores do agronegócio. Portanto, louvo sua iniciativa e espero que o governo compreenda isso e entenda essa celeridade que queremos, pois este Poder aqui vai estar de prontidão, disponível para aprovar as leis necessárias para ajustar o que for necessário também. Naquela época, Deputada Aurelina, quando nós aprovamos o zoneamento aqui, dizíamos que não estávamos aprovando uma Lei perfeita, mas uma lei que carece de aprimoramentos. Todavia, faz parte da vida, nós nos aprimoramos e buscamos o aperfeiçoamento, assim como a legislação também. Se for preciso, estaremos aqui de prontidão para darmos nossa contribuição enquanto representantes da sociedade, para fazermos esse arcabouço político e darmos cada vez mais a segurança necessária e importante, juridicamente falando, para nossos produtores. Portanto, Deputado Erci de Moraes, meus parabéns.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira – Queria associar-me a Vossa Excelência e dizer, Senhor Presidente, da urgência desse convite, que ele fosse feito logo para esta terça-feira, pois é muito importante que saibamos quais avanços tivemos no código florestal, para colocá-los em prática. Deputado Flamarion, estou há dez anos batendo na mesma tecla, nesse parlamento, ao dizer que a única saída que temos para o crescimento e o desenvolvimento econômico do Estado, é investindo na produção, investimento com tecnologia, com modernidade, trazendo investidores para este Estado, pois temos que colocar este Estado para produzir e, uma das peças principais é o zoneamento econômico ecológico. Nós não temos outra saída. Sobre as APPs, Deputado Erci, tivemos o privilégio, graças à Senadora Ângela Portela, de sermos o único Estado a permitir 50% de desmatamento da sua área e temos que aproveitar urgentemente. Com as APPs, a piscicultura do nosso Estado ia ficar completamente prejudicada e hoje a piscicultura é uma consolidação, é uma realidade no nosso Estado com a modificação do código florestal, que nos permitirá avançar na piscicultura. Mas, precisamos, o mais rápido possível, acelerar essas modificações e colocá-las em prática. Portanto, é de suma importância essa sua iniciativa. Parabéns.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Senhor Presidente, queria também louvar a iniciativa do Deputado Erci de Moraes e chamar atenção para algumas questões que vamos ter que começar a

discutir nesta Casa. O Dr. Daniel Gianluppi é um técnico respeitado, conhece profundamente essa questão do código florestal que ainda está sofrendo críticas. E, parece que alguns Deputados Federais da bancada ruralista vão questionar os arquivos que foram vetados por parte da Presidente Dilma, pois ela fez por Decreto e eles questionam que ela não poderia ter feito, assim como o Governo do Estado fez em relação à Lei 215. Pois bem, é preciso que o Governo entenda que precisamos organizar esse Estado; fortalecermos a Agência de Defesa; fortalecermos e melhorarmos a FEMAHT que, diga-se de passagem, está com um orçamento pífio agora para 2013, quando deveria ser bem maior, darmos prioridade ao meio ambiente e, ao Instituto de Terras de Roraima que também não está titulando quase nada porque o Ministério Público federal pediu a suspensão da titulação feita pelo ITERAIMA. Então, esses órgãos são extremamente técnicos, assim como é o órgão que o Dr. Daniel Gianluppi dirige e que agora precisa ser visto com outros olhos por parte do governo. O Governo do Estado precisa investir e despolitizar esses órgãos, porque eles, infelizmente, ainda são muito politizados com indicações de Deputados para os cargos que existem nesses órgãos. Enfim, são órgãos extremamente técnicos e que deveriam ser vistos pelo Governo como órgãos necessários, extremamente necessários para o desenvolvimento do nosso Estado. Então, estamos aí na iminência de resolvermos, de uma vez por todas, o nosso Código Florestal. Mas, para avançarmos, precisamos tomar algumas medidas com relação a esses órgãos e também ao nosso Zoneamento Econômico e Ecológico, que está na SEPLAN, e não sei porque está e nem porque foi feito lá. Sabemos que há outros órgãos que poderiam cuidar disso, mas ele está na SEPLAN. Vamos esperar que o CONAMA aprove nosso Código Florestal, até porque, Senhor Presidente, o dispositivo que está no Código Florestal, que foi conseguido pela Senadora Ângela Portela, não é tão simples assim. Não está lá na Lei que você pode desmatar 50% da área, o que está na lei é que você pode desmatar, desde que esse desmatamento esteja previsto no zoneamento Econômico e Zoológico e, ainda, seja autorizado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente. Essa é uma coisa que não é fácil de se resolver, diante desse apelo ecológico que o mundo inteiro faz em prol da preservação da Amazônia. Então, temos que ter um mecanismo seguro para fazer isso, porque senão, vamos ficar apenas nos 20%, isto é, se não for aprovado o Projeto de iniciativa popular de desmatamento zero na Amazônia. Obrigado.

O Senhor Presidente – Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir. Em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que concordarem, permaneçam como estão. Aprovado.

Passaremos agora para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, hoje, dia 25 de outubro de 2012, no Espaço Glamour, vai haver um evento da ADARR VENDAS. Sou diretor executivo da Associação dos Distribuidores e Atacadistas do Estado de Roraima e, hoje, vai haver um grande evento com o palestrante César Frasso, o qual vai tratar de assuntos sobre o comércio em nível de Brasil e em nível de Estado de Roraima, para motivar e treinar vendedores e diretores de empresas. Enfim, vamos tratar do setor terciário no nosso Estado, o setor do comércio. Quem está enviando para cá este palestrante, autor do livro “Como formar, treinar e liderar equipes de vendas”, é a ADARR, Associação dos Distribuidores e Atacadistas de Roraima, juntamente com a ABAD, Associação Brasileira dos Atacadistas e Diretores em nível de Brasil, que tem sobe sua influência, 26 Senadores e 44 Deputados Federais. Aqui, tem um Deputado Estadual, ou seja, eu, o Deputado Brito Bezerra, eleito com a força dos empresários locais. E, ainda sou diretor executivo dessa Associação dos Distribuidores e Atacadistas. Pois bem, convido todos vocês, Deputados, Deputadas, público presente e a todos aqueles que se interessarem por vendas, comércio, pelo setor comercial do nosso Estado, a estarem presentes hoje lá no Espaço Glamour, a partir das 19 horas. Como Presidente da Comissão da Indústria, Comércio e Turismo irei discusar sobre o tema do comércio no nosso Estado de Roraima, sobre a flexibilização da carga tributária que é necessária, bem como, sobre assuntos que são pertinentes ao comércio. E hoje, à tarde, teremos aqui uma reunião com os Deputados membros da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, na sala de reuniões, às 15 horas, com os empresários e representantes de sindicatos do setor secundário, da indústria. Então, todos os Deputados membros da Comissão estão convidados, a partir das 15 horas, na sala de Reuniões, para uma reunião com esses empresários, com essas entidades e com os Deputados. Obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, quero chamar a atenção especial de Vossa Excelência, como Presidente desta Casa, e do Deputado Joaquim Ruiz, Presidente da Comissão, e

pedir que os Senhores Cabeça Branca, Geni, Denilson, Fernando, Antônio e Neiler e, as Senhoras Marli, Jovelina, ficassem de pé para mostrar-lhes que essas pessoas são pais de família que moram na região do Taboca e já vieram umas três ou quatro vezes aqui, nesta Casa, já estiveram na Secretaria de Educação por mais de duas vezes, no Ministério Público, estão vindo do Ministério Público agora, são produtores no Taboca e vêm a esta Casa pedir atenção para os veículos da região, pois, dos nove carros que fazem o transporte escolar, hoje, não há nenhum funcionando. A escola já chegou a fechar devido à falta de transporte escolar. Dias atrás, a culpa era das estradas, entretanto, foram lá, fizeram um remendo e hoje trafegam de mau a pior, mas pelo menos conseguem trafegar. Mas, a situação dos carros não tem jeito, dos nove, não funciona um. E, eles resolveram me procurar para ver se eu podia ajudá-los, porém, não soube o que fazer nesta situação, porque o problema já é de conhecimento do Ministério Público, da Secretária Lenir Rodrigues, da Comissão de Educação desta Casa e de todas as autoridades. Portanto, não tive o que dizer a eles. Sei que o Senhor Deputado Joaquim Ruiz, que nos acompanha nesta caminhada, tenta resolver os problemas deles, mas, estamos de mãos atadas, sem saber que atitude tomar. Hoje, eles vieram aqui, alugaram carro, deixaram seus afazeres para trás, simplesmente para tentar achar uma solução para que seus filhos possam estudar. É lamentável chegarmos a este ponto. Eu tenho vários anos de militância sindical, nós buscamos conversar, buscamos o entendimento, a negociação, mas chegamos a um ponto que não dá mais para negociar. Vou me reunir com esses trabalhadores daqui a pouco e se não acharmos uma solução, só teremos a seguinte solução, mandar buscar esses trabalhadores lá no Taboca e fecharmos a Ponte dos Macuxis, pois em questão de dias eles vão ter que achar a solução. Eu vou estar lá com eles dando meu apoio e só vamos sair de lá quando o Governador vir e se comprometer em arranjar uma solução. Não dá mais para esperar, pois há aluno nessas escolas que tiveram duas, três aulas de física e química porque não tem professor, não tem ônibus escolar. Então, vou me reunir com eles daqui a pouco e a proposta que tenho a levar é essa, fazermos uma grande mobilização e fecharmos a Ponte dos Macuxis por dois, três ou quatro dias se for necessário, até buscarmos um entendimento para essas famílias. Hoje eles estão aqui, pagaram do próprio bolso o aluguel de uma VAN, estão fazendo uma peregrinação, passando de secretaria em secretaria, no Ministério Público e nesta Casa, pedindo que seja reconhecido o direito de seus filhos de estudarem. Então, fica nosso desabafo e nosso pedido de ajuda para resolver a situação o quanto antes.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, gostaria apenas de agradecer a todos os colegas que votaram de forma unânime no nosso projeto que estabelece critérios para adoção e utilização de material escolar e didático pelas escolas particulares do nosso Estado. E, quero agradecê-los, do fundo do coração, porque esse projeto vem a atender uma demanda e acabar com o sofrimento de pais que se veem, muitas vezes, obrigados a comprar diversos materiais que não são de uso individual dos seus filhos, mas de uso coletivo e que deveriam ser comprados obrigatoriamente pelo estabelecimento de ensino. Agradeço a todos e me coloco a disposição dos colegas para que analisem projetos que visem o bem da coletividade e o interesse do nosso Estado. Obrigado.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Senhor Presidente, quero me pronunciar com relação ao problema dos produtores do Projeto Taboca, que o Deputado Sampaio nos trouxe, pois, conheço um pouco da realidade e da situação das estradas daquela região. Portanto, gostaria que incluíssemos na reivindicação dos produtores a presença do INCRA, no intuito de que o órgão cumpra sua função dentro dos projetos de assentamentos. O Taboca é um projeto administrado totalmente pelo INCRA, é lei. Não estou dizendo aqui que o Estado tenha que se omitir, só acho que deixamos sempre de lado aquilo que consta na lei sobre a transferência de terras. Todos os projetos de assentamentos, as questões de terras, as estruturas, inclusive é condição para a emancipação dos projetos de assentamentos, e devem ser feitas pelo INCRA. E, sempre discutimos isso. Não estou isentando o Estado nenhum governo do compromisso, mas a primeira obrigação é do INCRA, entretanto, na realidade nunca é. E, não temos o hábito de cobrar. Ontem eu conversava com a senhora Rosirayna e,

nas áreas indígenas, na grande maioria delas, a assistência aos rebanhos é feita por Brasília, que manda veterinários, técnicos que sequer passam pelas instituições estaduais. Da mesma forma, acontece com os projetos de assentamento do INCRA. Não podemos mais isentar o INCRA da cobrança, pois ele tem que está presente. E há a ausência do Governo Federal, naquilo que é responsabilidade dele. Quero dizer que me junto ao pedido de socorro ao Estado, mas vamos ao Ministério Público, à Educação e ao Governo do Estado cobrar a quem é de direito, que é o INCRA. Obrigada.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputada Aurelina, sobre essas denúncias que chegam até nós, como por exemplo a dos indígenas, que o Presidente da Casa pediu que eu interferisse junto à Comissão de Educação para cobrarmos uma solução, o que posso fazer, no caso específico que eles estão enfrentando, é ir hoje falar com a Secretária de Educação, porém, tenho uma audiência na justiça, mas se prepararem um documento e passarem para o Deputado Sampaio ainda hoje, assumo o compromisso de que amanhã de manhã vou falar com a Secretária de Educação e lhes prometo uma resposta para a comissão que está aqui. Hoje, infelizmente, não posso, pois tenho essa audiência que sei a hora que vai começar, mas não sei a hora que termina. Então, não posso assumir um compromisso, como presidente da Comissão, e depois falhar com quem já teve que largar seus afazeres e veio aqui para a Assembleia. Agora, a outra saída era o Presidente tentar falar com a secretária e, se ele conseguir que ela os atenda hoje ainda. Obrigado.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Senhor Presidente, gostaria de saber se o transporte escolar não está sendo feito por causa da estrada ou por defeito dos carros, por que se a questão é puramente dos transportes, a questão tem que ser resolvida pelo Estado e pela Secretaria de Educação?

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, gostaria apenas de esclarecer à Deputada Aurelina que as condições da estrada estão de mau a pior. Fizeram apenas alguns remendos, um quebra galho e, todas as vicinais estão trafegáveis. A questão é sobre os carros, pois são nove carros locados para aquela região, sendo cinco do contrato inicial e quatro do contrato emergencial, ou seja, nove rotas na região do Taboca e dessas nove rotas sempre só funcionaram quatro e, dessas quatro, hoje, nenhuma está funcionando. A empresa é a mesma, temos provas suficientes, inclusive de que muitos dos condutores nem habilitados são, muitos deles ficam uma semana, duas semanas e vão embora porque não recebem. Há registro de alunos em cima de caminhonetes, o que sabemos que é proibido, ou seja, é uma total falta de respeito para com aqueles trabalhadores e, principalmente, um descaso com o futuro daquelas crianças. E, a Secretária de Educação já tem conhecimento disso. As famílias dos alunos já foram na ouvidoria e fizeram a denúncia, inclusive, eu estive presente na reunião com a Secretária Adjunta, relatando a situação, a qual se comprometeu a tomar as devidas providências. Levamos a situação também ao Ministério Público, quer dizer, não temos mais a quem recorrer. Só temos dois caminhos, ou recorremos ao Bispo, que acho que não fazer muita coisa também, ou tomarmos uma atitude mais radical como falei agora há pouco. E, os moradores já vieram aqui me pedir o ônibus para em breve trazer o pessoal para fechar a ponte dos Macuxis e só sair de lá quando resolverem esta questão de maneira definitiva.

O Senhor Presidente Deputado Chico Guerra – Gostaria de usar desse Expediente para dizer da minha preocupação com uma série de denúncias que chegaram até a mim. Na terça-feira vou fazer um pronunciamento com relação ao que me parece ser uma agressão às pessoas que ocupam terras há quase cem anos, pois acredito que está havendo um abuso do ITERAIMA e, estou juntando material para que possa me pronunciar na terça-feira com relação a isso.

E, não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Sessão e convoco outra para o dia 20, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erce de Moraes, Flamarion Portela, George Melo, Ionilson Sampaio, Jalsner Renier, Jânio Xingu, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 30/10/12

SOS
HOSPITAL
DA CRIANÇA
FAÇA SUA PARTE !!!

Doe alimentos
não perecíveis e
outros produtos.

Informações e doações pelo telefone:

(95) 4009 5578